

PRIMEIRA-SECRETARIA
Documento recebido nesta Secretaria sem a
indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de
caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de
14/11/2012, do Poder Executivo.
Em 12 / 11 / 19 às 14 h 54
Servidor Gilmar B. G. Ponto 166
Portador

OFÍCIO Nº 6815 /2019 – MEC

Brasília, 12 de novembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional, edifício sede, sala 27
70160-900 Brasília/DF


Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 845/19, de 23 de outubro de 2019.
Requerimento de Informação nº 1.453, de 2019, da Deputada Perpétua Almeida.
Anexo: CD.

Senhora Deputada,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 845/19, de 23 de outubro de 2019, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 1.453, de 2019, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 26/2019/COATE/CGAME/DIRAE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, contendo as informações sobre o Programa de Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica no Estado do Acre.

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,


ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro de Estado da Educação



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

NOTA TÉCNICA Nº 26/2019/COATE/CGAME/DIRAE

PROCESSO Nº 23123.007213/2019-90

INTERESSADO: MARCELO MENDONÇA CHEFE DA ASSESSORIA PARLAMENTAR, PERPÉTUA ALMEIDA - DEPUTADA FEDERAL

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de resposta ao Requerimento de Informação nº 1.453, de 2019, de autoria da Deputada Federal Perpétua Almeida, o qual solicita informações sobre valores repassados nos últimos 5 anos ao Estado do Acre por município pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004 - que instituiu o PNATE
- 2.2. Resolução CD/FNDE nº 05, de 28 de maio de 2015 - que disciplina o PNATE

3. ANÁLISE

- 3.1. O Requerimento de Informação nº 1.453, de 2019 questiona o seguinte:
 - a) Recursos repassados nos últimos 5 anos para o Estado do Acre por município?
 - b) Quantidade de estudantes beneficiados?
- 3.2. Primeiro, cabe esclarecer algumas especificidades do PNATE, que de alguma forma podem impactar nos valores repassados:
 - a) os repasses financeiros do Programa são efetuados em 10 parcelas mensais, de **fevereiro a novembro** de cada ano, em conta corrente específica aberta pela Autarquia, em agência do Banco do Brasil, indicada pela Entidade Executora (prefeitura ou secretaria de estado da educação), em conformidade com a legislação descrita no item 2 desta Nota Técnica.
 - b) Os valores, por sua vez, são definidos com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O valor repassado pela União a estados e municípios, para cada aluno, é definido de acordo com características socioeconômicas de cada municipalidade.
 - c) Para receber os recursos do PNATE, é necessário que o município esteja em situação de adimplência em todas as prestações de contas do Programa.
 - d) Aos estados, em conformidade com o art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.880, de 2004, é facultado autorizar o FNDE a efetuar o repasse do valor correspondente aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino diretamente aos seus respectivos municípios ("repasso de rede").
- 3.3. Diante do exposto, informa-se que os valores repassados aos estados e municípios no âmbito do PNATE, assim como a estimativa de alunos beneficiados por entidade executora (Seduc-AC e Municípios/AC), encontram-se na planilha em Excel anexa a esta Nota Técnica (sei nº 1593156).



fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA, Coordenador(a)-Geral de Apoio à Manutenção Escolar**, em 31/10/2019, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **KARINE SILVA DOS SANTOS, Diretor(a) de Ações Educacionais**, em 04/11/2019, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1593186** e o código CRC **BC70676B**.